

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

REGIANE CHOTA DA SILVA

A PRÁTICA DO PROFESSOR NO CICLO DA ALFABETIZAÇÃO



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
CURSO DE PEDAGOGIA
9º PERÍODO – NOTURNO – TURMA PV22_ B01

ATA DO SEMINÁRIO DE SOCIALIZAÇÃO DO TCC

Aos 13 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis (**13/05/2026**), precisamente às 18:00 horas, na sala 10, no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga - CESTB, localizado à Avenida da Amizade, 74 - Centro, no município de Tabatinga/AM, em consonância com o que diz o Projeto Político Pedagógico - Regulamento do TCC (Curso de Pedagogia), Art. 16º. “Os Seminários de Socialização são de caráter público”, reuniram-se os acadêmicos do Curso de Pedagogia – 9º período - vespertino, turma PV22_B01, para o **Seminário de Socialização da Monografia – TCC** intitulado “**A práxis do professor no ciclo da alfabetização**” elaborado pela acadêmica **Regiane Chota da Silva** sob a orientação da **Profa. Ildete Freitas Costa L. Gomes** (presidente da banca) o qual foi avaliado pelos professores: **Prof. Dime Alexandre Londono Gomes (Av.1)** **Prof. Andréa Cristina Gomes Milo Simões (Av.2)** que fazem parte da comissão de avaliação conforme composição transcrita abaixo, bem como a avaliação final da apresentação.

ACADÊMICA	NOTAS DOS AVALIADORES		Nota final
	Aval. 1	Aval. 2	
Regiane Chota da Silva	9,0	9,0	9,0

Regiane Chota da Silva

Regiane Chota da Silva - Acadêmica

Dime Alexandre Londono Gomes
Avaliador- 1 **Prof. Dime Alexandre Londono Gomes**

Andréa Cristina Gomes Milo Simões
Avaliador – 2 **Prof. Andréa Cristina Gomes Milo Simões**

Tabatinga, 13 de maio de 2026.

REGIANE CHOTA DA SILVA

A PRÁXIS DO PROFESSOR NO CICLO DA ALFABETIZAÇÃO

Monografia apresentada à Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Centro de Estudos Superiores de Tabatinga – CESTB, como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Ildete Freitas Costa Londono Gomes

REGIANE CHOTA DA SILVA

A PRÁXIS DO PROFESSOR NO CICLO DA ALFABETIZAÇÃO

Monografia apresentada à Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Centro de Estudos Superiores de Tabatinga – CESTB, como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora Prof.^a Dra. Ildete Freitas Costa Londono Gomes

Aprovado em _____ de _____ de 2026.

BANCA AVALIADORA

Profa. Dra. Ildete Freitas Costa Londono Gomes - Presidente
Professora UEA/CESTB

- Membro
Professora

- Membro
Professor

Tabatinga – AM
2026

Dedico este trabalho a minha família,
amigos e professores, que contribuíram
para que esta pesquisa fosse concluída.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus por ter me concedido saúde, força e ânimo para enfrentar esta jornada repleta de desafios e adversidades, incentivando-me desenvolver e concluir este percurso.

Sou grata à minha família: Raimundo Roberto, Jane Neves, Marilson Moraes, Maurício Moraes e Marlison Moraes.

Agradeço as minhas amigas, Rosilane Chagas, Júlia Karem e Alcilene Chunha pelo apoio e parceria ao longo dessa jornada, bem como aos docentes que contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Minha gratidão!

“Para que aprender a ler e escrever? Uma das respostas possíveis – ou talvez a única – seja: “Para aprender a ler e escrever”. (Mortatti, 2000, p.7)

RESUMO

A presente pesquisa intitulada “a práxis do professor no ciclo da alfabetização”, tem como objetivo discutir as práticas pedagógicas do professor alfabetizador nas turmas do ciclo da Alfabetização, a fim de descrever as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores em turmas de alfabetização, assim como investigar os desafios encontrados pelo professor durante as aplicações das suas práticas pedagógicas e destacar a importância da formação docente e sua relação com o fazer do alfabetizador. Para isso, foi realizado um estudo de caso, cujo campo de investigação é uma Escola da rede Municipal de Tabatinga-AM. Para coleta de dados utilizamos algumas técnicas de pesquisa: observação participante e entrevista, para obtenção dos dados foi feita uma entrevista semiestrutura com 2 professoras alfabetizadoras do 1º e 2º ano do ciclo da alfabetização. Como instrumento da pesquisa utilizamos um caderno de campo para anotações pertinentes sobre as observações. Como aporte teórico, este estudo dialoga, principalmente, com Emília Ferreiro, (2000); Paulo Freire, (1997); Magda Soares, (2020); Ana Teberosky, (1999); Frade (2005); Kleiman (2016-2005-2010), Mortatti (2000). Os resultados da pesquisa revelaram as ideias de alfabetização e letramento dos docentes do 1º e 2º ano em relação à sua práxis em sala de aula. É essencial e primordial oferecer formação continuada, a fim de que o professor compreenda seu papel e realize uma autoavaliação de sua prática pedagógica. Isso se deve ao fato de que o processo de alfabetização e letramento é crucial para o desenvolvimento educacional dos alunos em todos os ciclos da alfabetização.

Palavras-Chave: Prática pedagógica, Professor, Alfabetização, Letramento.

RESUMEN

La presente investigación titulada “la praxis del profesor en el ciclo de alfabetización”, tuvo como objetivo discutir las prácticas pedagógicas del profesor alfabetizador en las clases del ciclo de Alfabetización, con el fin de describir las prácticas pedagógicas utilizadas por los profesores en clases de alfabetización, así como investigar los desafíos encontrados por el profesor durante la aplicación de sus prácticas pedagógicas y destacar la importancia de la formación docente y su relación con la labor del alfabetizador. Para ello, se realizó un estudio de caso, cuyo campo de investigación es una escuela de la red Municipal de Tabatinga-AM. Para la recolección de datos utilizamos algunas técnicas de investigación: observación participante y entrevista; para la obtención de los datos se realizó una entrevista semiestructurada con 2 profesoras alfabetizadoras del 1.º y 2.º año del ciclo de alfabetización. Como instrumento de la investigación utilizamos un cuaderno de campo para anotaciones pertinentes sobre las observaciones. Como aporte teórico, este estudio dialoga, principalmente, con Emilia Ferreiro, (2000); Paulo Freire, (1997); Magda Soares, (2020); Ana Teberosky, (1999); Frade (2005) Kleiman (2016-2005-2010), Mortatti (2000). Los resultados de la investigación revelaron las ideas de alfabetización y literacidad de los docentes de 1.º y 2.º en relación con su praxis en el aula. Es esencial y primordial ofrecer formación continua, a fin de que el profesor comprenda su papel y realice una autoevaluación de su práctica pedagógica. Esto se debe al hecho de que el proceso de alfabetización y literacidad es crucial para el desarrollo educativo de los alumnos en todos los ciclos de la alfabetización.

Palabras clave: Práctica pedagógica, Profesor, Alfabetización, Literacidad.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO.....	11
LEIS QUE REGULAM A ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	14
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONCEITO E IDEIAS	18
ALFABETIZAÇÃO SOB O OLHAR DO LETRAMENTO.....	19
PERCURSO METODOLÓGICO	22
Campo de Investigação	23
Participantes da Pesquisa	24
Instrumentos e meios para coleta de dados	24
RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
DIALOGANDO COM AS PROFESSORAS DO CICLO.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
APÊNDICES A: TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO (CARTA DE APRESENTAÇÃO DE ACADÊMICO PESQUISADOR)	34
APÊNDICES B: ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARA AS AULAS DAS PROFESSORAS.....	35
APÊNDICES C: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS PROFESSORAS	36

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como temática a práxis do professor no ciclo da alfabetização, onde a partir de referenciais teóricos verificamos a importância da prática pedagógica do educador no processo de alfabetização dos alunos, com foco aos alunos do ciclo da alfabetização, ou seja, da alfabetização inicial. Para isso se faz necessário “A prática pedagógica de alfabetização [...] permita transformar a tarefa de aprendizagem em um desafio intelectual sempre significativo e emocionante, e o clima da sala de aula em um espaço de encontro de competências diversas” (Azevedo, 2009, p. 43).

Ter um professor que proporciona uma educação de qualidade na alfabetização dos alunos é fundamental para o aprimoramento das capacidades cognitivas da criança durante o processo de alfabetização e letramento. “A língua escrita é [...] uma prática social” (Azevedo, 2009, p. 43), o professor alfabetizador deve buscar promover uma aprendizagem significativa, explorando novas técnicas de ensino e metodologias alternativas, tornando assim o ensino e aprendizado mais atrativos para o melhor desenvolvimento do aluno.

O interesse pela pesquisa surgiu a partir da disciplina Prática de Letramento e Alfabetização I, ministrada pela professora Ildete Freitas Costa, ainda no 5º período do curso de Pedagogia. O que promoveu uma inquietação pela relevância da prática pedagógica do professor, em especial daqueles que atuam em turmas do ciclo da alfabetização, por se tratar de alunos que estão na fase inicial desse importante processo de aprendizagem. Dentro desta realidade, ressaltamos que uma das dificuldades que os professores encontram é a exigência em alfabetizar as crianças na idade certa ou apropriada como exposto no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)¹. Assim também como as avaliações externas como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema de avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM)². Dessa forma, para que este objetivo seja

¹ O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é uma iniciativa que visa alfabetizar as crianças brasileiras até os oito anos de idade, articulando-se com políticas curriculares, formação continuada de professores e gestão educacional.

² As avaliações externas, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema de avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM), são parte do funcionamento das políticas públicas, influenciando repasses de recursos e estratégias de intervenção pedagógica. O SAEB, por exemplo, coleta dados sobre o desempenho dos alunos em várias etapas da educação básica e é uma das principais ferramentas de monitoramento da educação no Brasil.

alcançado não depende somente dos professores, mas de vários fatores, entre eles destacamos a ação do governo, da escola, professores e a parceria com a família.

A temática é relevante pois é evidente que o professor desempenha um papel primordial no processo de desenvolvimento educacional do aluno, para isso o processo de aprendizado envolve um vasto conhecimento, e a prática pedagógica do educador deve se adaptar às diversas maneiras de educar. Como justificativa ressaltamos as dificuldades do docente em relação as aplicações da sua práxis na sala de aula, como fundo, as deficiências educacionais enfrentadas no processo de alfabetização e letramento da atualidade.

Este estudo oferece contribuições pertinentes acerca do fazer pedagógico dos professores, além de proporcionar bases que discutem como a prática e ação do educador no chão da sala de aula, podem impulsionar de forma positiva para que alunos cheguem ao final do ciclo alfabetizados e letrados. Partindo desse pressuposto e da relevância da alfabetização na formação crítica dos sujeitos, a questão a ser analisada é: quais os desafios encontrados na aplicação da prática pedagógica e como os professores estão se devolvendo didaticamente para que o aluno seja alfabetizado e letrado?

Diante dessas inquietações, este trabalho tem como objetivo geral, discutir as práticas pedagógicas do professor alfabetizador nas turmas do ciclo da Alfabetização. No caso dos objetivos específicos procuramos: descrever as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores em turmas de alfabetização, assim como investigar os desafios encontrados pelo professor durante as aplicações das práticas pedagógicas e destacar a importância da formação docente e sua relação com o fazer do alfabetizador.

Para fundamentação teórica, essa pesquisa dialogou com autores que discutem o processo de alfabetização e a prática pedagógica do professor a partir de um viés crítico e social, dentre eles destacam-se: Albuquerque (2007), Ferreira (1999,2000); Freire (1997); Soares (1998;2003;2009;2020); Brasil (1988;2012); Frade (2005), Kleiman (2005), Silva (1998), Teixeira (2002), Mortatti (2000;2010), Maciel (2005), Mendonça (2007).

O trabalho foi desenvolvido em uma das escolas da rede municipal de Tabatinga, região do Alto Solimões, interior do estado do Amazonas, com 2 turmas do ciclo da alfabetização. Iniciamos com a pesquisa bibliográfica (artigos, teses e dissertações) com recorte de tempo de cinco anos. Como método de pesquisa,

utilizamos o indutivo e quanto à abordagem o presente estudo enquadra-se no âmbito da abordagem qualitativa. Para obter os dados utilizamos as técnicas de pesquisa: observação participante, questionários (aplicados para os professores), e o caderno de campo.

A monografia está estruturada em 3 capítulos. No primeiro capítulo apresentamos o referencial teórico que consiste no respaldo da temática defendida a partir das ideias dos teóricos. No segundo capítulo será apresentado os materiais e métodos que demonstrarão como ocorreu a pesquisa e como os dados de campo foram obtidos. No terceiro capítulo apresentamos a discussão e análise dos resultados embasada nas obras pesquisadas e confrontadas com a realidade investigada. Por fim as considerações finais.

CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO

Ao analisarmos o percurso histórico da alfabetização, observamos que por anos o ensino foi realizado a partir de vários métodos educacionais distintos. Todos os estudos e abordagens inerentes à alfabetização e as discussões e teorias desenvolvidas são provenientes de um processo histórico, estudado e problematizado. É importante compreender a evolução da educação no Brasil para compreender o desenvolvimento e como foi sendo constituída a alfabetização e os processos intrínsecos nas escolas em todo território nacional. A educação é mutável, ela acompanha o tempo, o espaço e a realidade socioeconômica de seus sujeitos. Nesta seção abordamos acerca das concepções sobre a alfabetização.

Inicialmente, a alfabetização é considerada como o ensino de codificação³ e decodificação⁴ de palavras. Foi inserida nas escolas no final do século XIX, através dos métodos de alfabetização, denominados, analíticos e sintéticos⁵, que

³ A codificação é essencial para a alfabetização, pois envolve a transformação de sons e significados em símbolos, permitindo a comunicação efetiva. Este processo ajuda os alunos a conectar a fala com a escrita e a compreender a estrutura da linguagem.

⁴ A decodificação é a capacidade de interpretar e compreender informações codificadas, sendo uma etapa fundamental na leitura. Através deste processo, os leitores convertem símbolos escritos em sons e significados facilitando a comunicação e a compreensão textual.

⁵ Métodos de marcha sintética (da "parte" para o "todo"): da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas. No método de marcha analítica (processos da palavração e sentencição), com esse método analítico, o ensino da leitura deveria ser iniciado pelo "todo", para depois se proceder à análise de suas partes constitutivas.

padronizaram a aprendizagem da leitura e da escrita na época, através das cartilhas⁶ que foi amplamente inserida no processo escolar e perdurou até a atualidade.

A alfabetização considerada como o ensino das habilidades de “codificação” e “decodificação” foi transposta para a sala de aula, no final do século XIX, mediante a criação de diferentes métodos de alfabetização – métodos sintéticos (silábicos ou fônicos) x métodos analíticos (global) –, que padronizaram a aprendizagem da leitura e da escrita. (Albuquerque, 2007, p.11).

A partir da década de 1980, os métodos de Alfabetização - cartilhas, passaram a ser duramente criticados, pois os alunos/professores eram submetidos as cartilhas onde o conteúdo inserido nas atividades desenvolvidas tinha como ênfase na repetição e na memorização de letras, sílabas e palavras sem significados.

Ao longo da história da educação no Brasil verificamos diferentes embates teóricos e metodológicos passando por várias fases na busca pelo desenvolvimento de metodologias que alcancem a melhor forma possível de ensino, pois ao se falar de leitura e escrita, logo se pensa em alfabetização. Como aponta Albuquerque:

No campo da Psicologia, foram muito importantes as contribuições dos estudos sobre a psicogênese da língua escrita, desenvolvidos por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1984). Rompendo com a concepção de língua escrita como código, o qual se aprenderia considerando atividades de memorização, as autoras defenderam uma concepção de língua escrita como um sistema de notação que, no nosso caso, é alfabético. (Albuquerque, 2007, p.15).

Na alfabetização, no processo de apropriação do sistema da escrita alfabética, os alunos precisariam compreender como esse sistema funciona, ou seja, que a escrita no papel são os sons das partes orais das palavras e que o faz considerando segmentos sonoros menores que a sílaba. Neste sentido é interagindo com a língua escrita através de seus contextos e funções que essa aprendizagem ocorreria, e não a partir da leitura de textos sem significados como os presentes nas cartilhas.

No entanto, muitas práticas iniciais de ensino se baseiam em métodos tradicionais, como a união de sílabas e a memorização de sons, o que pode tornar a criança um indivíduo receptivo e passivo, sem envolvimento ativo e construtivo no processo de aprendizado.

⁶ Segundo o dicionário Houaiss a palavra cartilha designa um pequeno caderno que contém as letras do alfabeto e os rudimentos para aprender a ler, carta do ABC.

Diante do contexto histórico dos diferentes métodos de alfabetização que destacamos anteriormente, ressaltamos a importância de deslocar o enfoque dos métodos tradicionais ⁷para os processos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, falamos também da contribuição da obra *Psicogênese da Língua Escrita*, estudo esse publicado por Emília Ferreiro e Ana Teberosky em 1979, que de forma inovadora, procurou analisar como se dava o processo de aprendizagem da leitura e da escrita a partir do ponto de vista dos alunos. Nesse sistema é constatado que, “é interagindo com a língua escrita através de seus usos e funções que essa aprendizagem ocorreria, e não a partir da leitura de textos ‘forjados’ como os presentes nas cartilhas tradicionais.” (Albuquerque, 2007, p.16)

Esta perspectiva segue o percurso em direção às hipóteses de como as crianças pensam ao escrever, e essas hipóteses foram descritas na obra *Psicogênese da Língua Escrita*, que enfatiza como as crianças pensam em cada momento da aprendizagem, até atingir compreensão plena do sistema de escrita, ou seja, da escrita convencional.

Porém, atualmente, ainda é muito comum o uso das práticas pedagógicas tradicionais que tem como base, métodos como as cartilhas do ABC, nesse sentido, torna-se necessário que os professores ao escolherem o método de alfabetização, optem por aquele que mostre a importância de ler e escrever, e que esteja dentro de um contexto social vivenciado pelos alunos. Este aspecto histórico da alfabetização pode ser observado, conforme exposto no Caderno do PNAIC:

Sabemos que as práticas de alfabetização não têm sido desenvolvidas de forma homogênea ao longo da nossa história. Até meados da década de 1980, quando pensávamos em alfabetização de crianças [...], vinha à nossa cabeça aquele ano escolar dedicado ao aprendizado da leitura e da escrita por meio do trabalho com um manual didático específico: a cartilha. Essa prática de alfabetização baseado em métodos sintéticos ou analíticos se fez presente ao longo do século passado (Brasil, 2012, p. 6).

De acordo com alguns pensadores, a partir de 1990, o termo "alfabetização" começou a ser associado ao "letramento". Soares (2003) explica que "letramento" é originado da palavra "literacy" em inglês. "Literacy" vem do latim "littera", que significa

⁷ O método tradicional é caracterizado pela relação sistemática entre o professor, que é visto como o detentor do conhecimento, e o aluno, que é categorizado como o receptor.

letra, e o sufixo "cy" indica qualidade, condição, estado ou fato de ser. Assim, literacy é o estado de quem aprende a ler e escrever.

Nos últimos vinte anos, principalmente a partir da década de 1990, o conceito de alfabetização passou a ser vinculado a outro fenômeno: o letramento. Segundo Soares (1998), o termo letramento é a versão para o Português da palavra de língua inglesa literacy, que significa o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever. Esse mesmo termo é definido no Dicionário Houaiss (2001) “como um conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito”. (Albuquerque, 2007, p.16).

Nessa perspectiva, ressaltamos a importância da formação continuada dos professores, pois esses educadores possuem um papel fundamental como mediadores na construção do conhecimento dos alunos. Sua formação e qualificação profissional faz com que sua prática se torne mais exitosa, não se pode dizer que tenha um método mais eficaz, não existe uma receita pronta de como se ensinar ou aprender, compreendemos que os alunos são heterogêneos, e que no chão da sala de aula o fazer pedagógico deve considerar as diversas maneiras de promover a aprendizagem aos alunos.

LEIS QUE REGULAM A ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Em 06/02/2006, através da Lei nº 11.274, nova regulamentação torna o ensino fundamental de 9 anos, com matrículas obrigatórias aos 6 anos de idade. Com o objetivo de assegurar a todas as crianças um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade. Nesse sentido, o texto legal da LDBEN 9394/96, passa a ter a seguinte escrita;

Art. 4º O § 2º e o inciso I do § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:
 § 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesesseis) anos de idade.
 I-Matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

É importante compreender o processo histórico das políticas públicas educacionais para a alfabetização a fim de que compreendamos os avanços e as

conquistas nesse campo. As políticas públicas são imprescindíveis na garantia e universalização do acesso às redes de educação. Para Teixeira (2002, p. 2), políticas públicas são:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. (2002, p.2).

A trajetória da educação no Brasil tem início com a chegada dos portugueses ao país, por meio dos jesuítas. A educação era custeada com fundos públicos, por meio do plano redizima implementado pela coroa portuguesa em 1564. Nesse plano, dez por cento de todos os impostos coletados na colônia brasileira passaram a ser direcionados à manutenção dos colégios jesuíticos. Mas que ao mesmo tempo se torna um ensino privado por não alcançar a todos. Como indica Saviani (2013):

(...) o ensino então ministrado pelos jesuítas podia ser considerado como público, por ser mantido com recursos públicos e pelo seu caráter de ensino coletivo, ele não preenchia os demais critérios, já que as condições tanto materiais como pedagógicas- isto é: os prédios, assim como sua infraestrutura, os agentes, as diretrizes pedagógicas, os componentes curriculares, as normas disciplinares e os mecanismos de avaliação- se encontravam sob controle da ordem dos jesuítas, portanto, sob domínio privado. (Saviani, 2013, p.747).

A educação no Brasil foi consolidada como um direito somente durante o período da República, especificamente a partir da Constituição de 5 de outubro de 1988. De acordo com Art.205 da constituição:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil,1988).

Além disso, a Constituição de 1988, em sua seção 1 do Capítulo III, "Da Educação, da Cultura e do Desporto", dedica uma seção específica à educação. Nela, são estabelecidos como fundamentos do ensino os princípios da "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola"; "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber"; "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino"; "gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais"; "valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o

magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União": "gestão democrática do ensino público, na forma da lei" e "garantia de padrão de qualidade" (art. 206, incisos I a VII, apud Saviani, 2013, p. 753).

Pois até final do século XIX, a educação no Brasil era um privilégio restrito a um pequeno grupo, sendo acessível apenas para elite. Para classe menos favorecida não incluía a leitura e a escrita, e muitos integrantes das classes mais altas não eram alfabetizados. Nesse contexto, a principal finalidade da ampliação da escolarização para as classes populares e trabalhadoras era preparar mão de obra para o setor produtivo, em vez de alfabetizá-los e promover o acesso à cultura e à ciência. Naquele período, a capacidade de ler e escrever era considerada um poder, uma vez que proporcionar ao indivíduo portador dessas habilidades a oportunidade de participar da cultura e da vida social transformava-se em um processo político.

Segundo Mortatti (2010, p.330), apenas “próximo à Proclamação da República Brasileira”, é que o ensino e a aprendizagem iniciais da leitura e escrita começaram a despertar o interesse de administradores públicos e intelectuais da Corte e de algumas províncias brasileiras, especialmente São Paulo”.

Entende-se que, na primeira década da República, a leitura e a escrita adquirem um caráter escolar em espaço público, visando à “formação do cidadão e ao desenvolvimento político e social do país, em conformidade com os princípios do regime republicano” (Mortatti, 2010, p.330).

A alfabetização não era vista como uma urgência política até meados década de 1930, com o surgimento do Estado Novo. Essa necessidade de alfabetizar surge da prerrogativa do desenvolvimento do país numa perspectiva de capital a fim de suprir as necessidades capitalistas de mão de obra na ascensão industrial no Brasil, como já mencionado anteriormente, sob essa ótica emerge então a Constituição Federal de 1988, conhecida por constituição cidadã pelo fato de surgir na redemocratização logo após a ditadura militar. Esta constituição trouxe um importantíssimo enredo para a educação ao proclamar a escola como um direito de todos, sendo dever da família e do Estado. Assim a educação foi delegada de acordo com os âmbitos federais, estaduais e municipais:

§ 1.º A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito

Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória. § 2.º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar (Brasil, 1988, p. 61).

Inicialmente a implementação de políticas públicas para a educação, em particular, a alfabetização, emergiram a partir de pressões emanadas por instituições internacionais em debates e conferências, mas com o passar do tempo, a luta dos educadores e pensadores por uma educação para todos, chamou a atenção também ao Estado a necessidade de permanência, aperfeiçoamento e ampliação dessas políticas, a fim de que com essas ações a educação oferecida pudesse almejar a qualidade, não só no acesso mas na garantia da permanência do educando, oferecendo a ele e ao educador subsídios que o façam de fato desenvolver as habilidades necessárias e inatas aos anos do Ensino Fundamental.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB: 9394/96 é significativa para educação além de contribuir para o progresso da alfabetização, foi a partir dessa lei que a alfabetização começou a ser vista como algo além da simples aprendizagem de um sistema, abordando também aspectos relacionados aos estudos do letramento. Especialmente com a Lei 14.407/2022 que instituiu a alfabetização plena e a capacitação gradual para leitura como deveres do Estado ao longo da educação básica. Isso levou à sugestão de novas práticas de ensino e aprendizagem da língua escrita, evidenciando que a experiência com práticas de leitura e escrita influencia sua aquisição. Portanto, é essencial considerar a realidade do aluno, pois, esta atualização reforça a obrigatoriedade de garantir a leitura e escrita desde a educação básica.

Uma das leis atualmente que regulamentam a alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental no Brasil é o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Compromisso)⁸. Essa lei visa assegurar o direito à alfabetização das crianças brasileiras até o final do segundo ano do ensino fundamental, além de se concentrar na recuperação das habilidades de aprendizagem das crianças do terceiro, quarto e quinto anos que foram impactadas pela pandemia. O Compromisso inclui, entre seus princípios, o fomento da equidade na educação, levando em conta fatores regionais,

⁸ Lei nº 15.247 de 31 outubro de 2025. Art. 1º Fica instituído o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Compromisso), por meio da conjugação dos esforços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas.

socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero; a colaboração entre os entes federativos; e o fortalecimento das formas de cooperação entre estados e municípios.

As metas do Compromisso visam direcionar os esforços do MEC para garantir a alfabetização na idade certa e recuperar a alfabetização nos anos iniciais por meio de: estabelecimento de um regime de colaboração e corresponsabilização entre União, estados e municípios; metas acordadas para a alfabetização, com monitoramento e acompanhamento; estratégias de apoio técnico e financeiro da União para aprimorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas públicas; disponibilização de materiais didáticos complementares para os alunos e de materiais pedagógicos para os professores; sistemas de avaliação da alfabetização; estratégias formativas e orientações curriculares.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONCEITO E IDEIAS

A alfabetização no Brasil tem uma extensa trajetória da qual sabemos pouco. Isso acontece porque a educação permeia todos os espaços sociais. As práticas de alfabetização não tiveram início nos séculos XX e XXI; elas existem e estão em constante transformação desde que se começou a ensinar as pessoas a ler e escrever. Isso implica que não é apenas a escola que apresenta a escrita à criança, mas a sociedade em geral. A busca por métodos de ensino/aprendizagem da forma escrita da língua percorreu diversos contextos antes de ser incorporada à escola, entendida como um sistema público de ensino.

Transitamos em um mundo em contantes transformações, com uma variedade de métodos de ensino. Como aponta Frade:

Vivemos um processo de grandes alterações nos conceitos relacionados ao ensino inicial da leitura e da escrita: não basta apenas ensinar a decifrar o sistema de escrita estabelecendo relações entre sons e letras, o que caracteriza especificamente a alfabetização. É preciso também que os alunos façam uso da escrita em situações sociais e que se beneficiem da cultura escrita como um todo, apropriando-se de novos usos que surgirem, modificando seus níveis de letramento (Frade, 2005, p.9).

Teberosky (1999) argumentava que, considerando que as crianças estão inseridas em uma cultura letrada, os estudantes chegam ao processo de alfabetização com conhecimentos significativos sobre os usos sociais da escrita. É no contexto

escolar que a criança passará a maior parte de sua vida, desenvolvendo-se e fazendo novas descobertas a cada dia.

[...] ensinar não é transferir a inteligência do objeto ao educando, mas instigá-lo no sentido de que, como sujeito cognoscente, se torne capaz de entender e comunicar o entendido. É nesse sentido que se impõe a mim escutar o educando em suas dúvidas, em seus receios, em sua incompetência provisória. E ao escutá-lo, aprendo a falar com ele” (Freire, 1997, p. 135).

De acordo com Ferreiro (1999), a criança não é uma "tábua rasa" ao começar o processo de alfabetização, mas sim um indivíduo ativo que constrói seu conhecimento através de suas interações com o ambiente. A autora argumenta que a aprendizagem da escrita não ocorre de maneira linear, mas sim através de uma sequência de suposições que a criança formula com base em sua experiência e pensamentos sobre a língua escrita. Experiências essas que a criança desenvolve dentro do ciclo no qual está inserida, seja com a família ou amigos.

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita. (Ferreiro, 1999, p.23)

Desse modo a concepção da linguagem da palavra, sendo ela oral e escrita podem ser por meio da interação social, neste sentido surge as contribuições no campo da alfabetização sobre a perspectiva do letramento, este se refere aos usos da língua escrita tanto na escola como em outros espaços, envolvendo tanto atividades escolares como práticas sociais diversas. Segundo Kleiman (2005) diz que “o letramento está relacionado com os usos da escrita em sociedade com o impacto da língua escrita na vida Moderna”. (p. 19).

ALFABETIZAÇÃO SOB O OLHAR DO LETRAMENTO

A alfabetização e letramento são dois conceitos relacionados a aprendizagem da escrita e leitura dos alunos, sendo assim pontos-chaves para a Alfabetização, diversas vezes são correlacionados entre si, mas que tem papéis importantes e diferentes funções. Com o passar dos séculos a perspectiva do letramento ganha espaço na educação, quando se reflete sobre alfabetização.

No Brasil, o termo letramento não substituiu a palavra alfabetização, mas aparece associada a ela. Podemos falar, ainda nos dias de hoje, de um alto índice de analfabetos, mas não de “iletrados”, pois sabemos que um sujeito que não domina a escrita alfabética, seja criança, seja adulto, envolve-se em práticas de leitura e escrita através da mediação de uma pessoa alfabetizada, e nessas práticas desenvolve uma série de conhecimentos sobre os gêneros que circulam na sociedade. (Albuquerque, 2007, p.16-17).

Nessa perspectiva, vale ressaltar as contribuições que Soares (1998) faz entre alfabetização e letramento. Para essa autora:

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (p. 47).

A Alfabetização diz respeito ao processo inicial de aprender a ler e escrever e o Letramento vem a ser capacidade de aplicar essas habilidades de forma eficaz em diferentes contextos sociais, ações que não ocorriam no uso das cartilhas. Segundo, Soares (2009, p.18) “Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. O alfabetizar envolve um conjunto de fatores, onde o professor alfabetizador se apresenta como mediador para que se consiga alcançar o objetivo não só de alfabetizar, mais sim ao mesmo tempo letrar os alunos.

O processo de alfabetização e letramento, são caminhos fundamentais para o desenvolvimento educacional do aluno, neste contexto o professor alfabetizador é, portanto, um dos grandes alicerces para que este objetivo seja alcançado, para isso discutiremos o fazer pedagógico do professor, de início com base nas concepções teóricas acerca da alfabetização e letramento.

“Letramento” é um termo relativamente recente, visto que surgiu há cerca de 30 anos, e nomeia o conjunto de práticas sociais de uso da escrita em diversos contextos socioculturais. Tais práticas de letramento sempre existiram nas sociedades letradas, ou seja, nas sociedades que fazem uso da escrita. É preciso, portanto, atentar para o fato de que o conceito de letramento, como prática social de uso da escrita, não é algo criado pelos meios científicos sem relação com o mundo que nos rodeia. Menos ainda se trata de um método de alfabetização, como equivocadamente alguns professores passaram a compreendê-lo. As práticas de letramento são um fenômeno existente na realidade, que passou a ser estudado, tendo sido nomeado e definido. (Mendonça, 2007, p.46).

O letramento envolve a compreensão e uso da linguagem escrita para interpretação crítica e produção de sentido a partir dos textos. Segundo Soares (2020), o ideal seria a prática do alfabetizar letrando, o que ela chama de “alfaletrar”, ensinar a ler e a escrever sem perder de vista o contexto das práticas sociais de leitura e da escrita e sua aplicação no dia a dia. Juntos, alfabetização e letramento são fundamentais para a formação de indivíduos críticos e participativos na sociedade. Dessa maneira, destacam-se o papel do ambiente alfabetizador, da leitura e de atividades de oralidade.

Outro ponto em destaque acerca do letramento é que um aluno pode não ser necessariamente alfabetizado, para assim ser letrado. Como aponta Soares (2009).

(...) letramento é que um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto, mas ser, de certo letrado (atribuindo a este adjetivo sentido vinculado a letramento, (...) um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, (...), esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. Da mesma forma, a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda "analfabeta", porque não aprendeu a ler e a escrever, mas já penetrou no mundo do letramento, já é, de certa forma, letrada. (Soares, 2009, p.24).

O professor que não se possibilita a desenvolver práticas pedagógicas exitosas em sala de aula, que promovam uma alfabetização também focada no letramento, pode resultar em um aluno que pode ser alfabetizado, mas não necessariamente ser letrado ou que pode ser letrado e não alfabetizado.

Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (Soares, 2009, p. 40).

Nesse cenário, enfatizamos o papel fundamental do professor na criação de práticas pedagógicas que possam favorecer o progresso educacional do aluno. Essas práticas não devem ser vistas como abordagens genéricas, mas como estratégias que atendam às particularidades de cada estudante. Ferreiro (2000, p.31) declara que “nenhuma prática pedagógica é neutra. Todas estão fundamentadas em uma determinada forma de entender o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem.”

Assim, o educador não deve se tornar prisioneiro de suas próprias convicções, ou seja, das de um adulto que já foi alfabetizado. Para ser eficaz, "precisará alinhar sua perspectiva à da criança". Uma tarefa extremamente desafiadora" (Ferreiro, 2000, p.61). Obter um diagnóstico geral dos alunos em sala de aula, conhecer as especificidades de cada aluno e principalmente reconhecer que cada aluno tem sua singularidade e contextos sociais distintos, faz com que esse educador consiga desenvolver em sua turma um aprendizado significativo.

Em sociedade, são múltiplos e diversificados os usos da leitura. Lê-se para conhecer. Lê-se para ficar informado. Lê-se para aprimorar a sensibilidade estética. Lê-se para fantasiar e imaginar. Lê-se para resolver problemas. E lê-se também para criticar e, dessa forma, desenvolver posicionamento diante dos fatos e das ideias que circulam através dos textos (Silva, 1998, p. 27).

Neste contexto, podemos perceber que as práticas de letramento na sociedade são diferentes da que se exige no âmbito escolar, segundo Kleiman (2005, p. 33) "as práticas de letramento fora da escola têm objetivos sociais relevantes para os participantes da situação. As práticas de letramento escolares visam ao desenvolvimento de habilidades e competências no aluno e isso pode, ou não, ser relevante para o estudante."

Nesse caso percebemos que na sociedade o indivíduo usa a leitura de mundo, do seu meio social para atender a uma demanda, com uma finalidade, já nas práticas de letramento utilizadas na escola, a leitura tem uma finalidade escolar, não social, o que torna essas práticas muitas das vezes irrelevantes para o aluno.

PERCURSO METODOLÓGICO

Iniciamos com o levantamento bibliográfica, com recorte dos últimos cinco anos, como método de pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa. Para obter os dados utilizamos as técnicas de pesquisa: observação participante e questionário semiestruturado que foram aplicados para os professores do ciclo, além do caderno de campo.

A pesquisa qualitativa é conhecida também como "estudo de campo", "estudo qualitativo", "interacionismo simbólico", "perspectiva interna", "interpretativa", "etnometodologia", "ecológica", "descritiva", "observação participante", "entrevista qualitativa", "abordagem de estudo de caso", "pesquisa participante", "pesquisa fenomenológica", "pesquisa-ação", "pesquisa

naturalista", "entrevista em profundidade", "pesquisa qualitativa e fenomenológica", e outras [...]. Sob esses nomes, em geral, não obstante, devemos estar alertas em relação, pelo menos, a dois aspectos. Alguns desses enfoques rejeitam total ou parcialmente o ponto de vista quantitativo na pesquisa educacional; e outros denunciam, claramente, os suportes teóricos sobre os quais elaboraram seus postulados interpretativos da realidade (Triviños, 1987, p. 124).

A pesquisa aconteceu em duas etapas: revisão de literatura (livros, teses e dissertações). “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (Severino, 2007, p. 122), autores esses pesquisados que deram suporte para pesquisa, “A pesquisa bibliográfica é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados, se não com base em dados bibliográficos” (Gil, 2002, p. 45), nesse sentido procuramos contextualizar os fenômenos que ocorrem no contexto social por parte de marcos históricos imprescindíveis que regem a alfabetização e letramento.

E a segunda etapa foi a pesquisa de campo, que utilizamos como métodos para produção de dados: observação em sala de aula, acompanhamento de planejamentos, análise do Projeto Político Pedagógico da Escola ou currículo do ciclo da alfabetização e entrevista semiestruturada.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (Marconi, Lakatos, 2003, p.186)

O estudo bibliográfico fornece a base teórica necessária para a próxima fase, que é a pesquisa de campo, eficaz na coleta de informações necessárias para os propósitos finais da pesquisa.

Campo de Investigação

Para esta pesquisa tivemos como campo de investigação uma escola da Rede Municipal de Tabatinga-AM. A escolha desta escola se deu a partir do estágio supervisionado II e ao Programa Institucional de Bolsas e Iniciação à Docência-PIBID, atividades acadêmicas em que essa acadêmica esteve inserida. As observações se iniciaram no segundo semestre de 2025, no período de julho a dezembro, no qual observamos a prática pedagógica de algumas professoras do ciclo. Procedemos a

pesquisa de campo, a partir de um roteiro de observação, previamente preparado para essa finalidade:

1. Como as professoras trabalham a escrita e a leitura com os alunos?
2. Quais recursos são utilizados?
3. Como ocorria a interação professor aluno?
4. A docente criava condições para que os alunos pudessem construir um pensamento criativo por meio da leitura e da escrita?
5. A prática pedagógica da docente demonstra um compromisso com alfabetização?
6. De que forma a docente trabalhava com o livro didático?

Essas experiências possibilitaram reflexões acerca da temática da pesquisa, com pontos pertinentes sobre a práxis do educador e como essas práticas/didáticas do professor contribuíram para que essas turmas fossem alfabetizadas e letradas.

Participantes da Pesquisa

Os participantes desta pesquisa foram duas professoras do ciclo da alfabetização, uma do 1º ano, denominada nesta pesquisa “Professora A”, com uma turma de 14 alunos e uma professora do 2º ano, denominada nesta pesquisa “Professora B”, com uma turma de 24 alunos no ano letivo de 2025.

Instrumentos e meios para coleta de dados

Os dados da pesquisa foram coletados através de observações – roteiro em anexo – das aulas das professoras, essa forma de coleta foi escolhida, uma vez que, por meio desse procedimento, o pesquisador poderá ter contato direto com os sujeitos da pesquisa, podendo assim, observar como estes se destacam, através da fala dos sujeitos em seu cotidiano, de ver e analisar o que está ocorrendo, e de ouvir atentamente os participantes e observar o ambiente como um todo (Gerhardt; Silveira, 2009).

Compreendendo a importância da observação enquanto técnica para coleta de dados da pesquisa científica, Gil (2008) sustenta que “[...] a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa [...]. A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano” (p. 100). Desse modo, esta técnica utilizada para um determinado objetivo científico previamente formulado, possibilita uma leitura sistemática do ambiente e dos sujeitos observados.

Segundo Gil (2008) a vantagem da observação “em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzido” (p. 100).

Outra maneira de coletar os dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada – roteiro em anexo – realizadas com as professoras da rede municipal de maneira individual. Para as docentes foram elaboradas dez (10) perguntas, sendo quatro (04) de cunho pessoal voltadas para a formação acadêmica das docentes, e seis (06) focadas nos objetivos da pesquisa.

Nesse tipo de entrevista “O pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 72).

Para tanto seguimos para próxima seção abordamos os resultados e discussões dos dados coletados através das entrevistas e das observações, com o objetivo de discutirmos a práxis do professor no processo de alfabetização e letramento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A prática pedagógica do professor em sala de aula é essencial para que os alunos consigam se desenvolver no universo da escrita e leitura.

Desta forma, esta pesquisa foi realizada em umas das escolas municipais do município de Tabatinga-Amazonas, com a temática “A práxis pedagógica do professor no ciclo da alfabetização”, com base nos dados coletados, estão apresentadas aqui as considerações referentes aos resultados obtidos.

No alcance do primeiro objetivo que teve como finalidade discutir as práticas pedagógicas do professor alfabetizador nas turmas do ciclo da alfabetização, a fim de descrever as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores em turmas de alfabetização, investigar os desafios encontrados pelo professor durante as aplicações das práticas pedagógicas e destacar a importância da formação docente e sua relação com o fazer do alfabetizador.

DIALOGANDO COM AS PROFESSORAS DO CICLO

A escolha da Professora A, se deu a partir do estágio supervisionado II, que podemos perceber ao longo das observações, como esta professora se desenvolvia acerca do fazer pedagógico, com o olhar na leitura e escrita dos alunos.

A docente é formanda no curso normal superior, atua no magistério há 24 anos, possui especialização em Psicopedagogia e Língua Portuguesa. Participou de programas de formação continuada como: Pró-Letramento, PNAIC-UFAM, programa alfabetização na idade certa, e participa de formação continuada oferecida pela Secretaria Municipal de Educação-SEMED de Tabatinga.

A turma de 1º ano é composta por 14 alunos, destes, segundo a professora 1 aluno possui Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade -TDAH e 1 aluno com Transtorno do Espectro Autista - TEA, estes alunos têm acompanhamento de mediadoras para que possam se desenvolver no âmbito educacional. A maioria ainda estão no nível pré-silábico, necessitando de uma didática diferenciada.

Já a escolha da professora B se deu a partir do Programa Institucional de Bolsas e Iniciação à Docência-PIBID. A educadora tem 17 anos de magistério, possui pós-graduação em gestão escolar, coordenação pedagógica e letramento digital e participa de formação continuada disponibilizada pela Secretária Municipal de Educação – SEMED e de maneira esporádica através de canais na internet.

A turma do 2º ano é composta por 24 alunos, destes, 1 aluno é diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista – TEA e 1 com dificuldades na fala, sem diagnóstico.

A partir da entrevista semiestruturada, as professoras foram indagadas sobre como elas conceituam a Alfabetização e o letramento:

“Para que a aprendizagem aconteça é preciso desenvolver a habilidade de usar a língua escrita como o código de comunicação, nesta etapa o processo de alfabetização é ensinar a ler e escrever.” (Professora A).

“A alfabetização é um processo de encantamento, mas para que haja esse encantamento o professor precisa ser o encantador, usando das mais diversas magias.” (Professora B)

O conceito de alfabetização envolve diversos fatores, dentre eles destaco o conjunto de saberes que o educador tem que adquirir, pois é ele que se encarrega de

ensinar sistematicamente as regras de funcionamento sobre o sistema alfabético/fonético de escrita para os alunos. Além de ser também um processo de aquisição das primeiras letras, ou seja, envolve uma sequência de suposições de operações cognitivas, estratégicas e modos de fazer.

Quando nos referimos que uma criança está sendo alfabetizada, estamos nos referindo a um conjunto de fatores que envolve o desenvolvimento físico e motor, assim também como o mental e emocional do aluno, estes que tem como objetivo a aprendizagem da língua escrita. Como ressaltam Santos e Albuquerque (2007, p. 98), “não se pode deixar para que o aluno produza escritos ou leia apenas quando já dominar o nosso sistema de escrita. É importante que eles possam, desde o início do processo de alfabetização, testar suas hipóteses a respeito da escrita”.

Para que os alunos se apropriem do sistema de escrita, é necessário que os educadores compreendam que a alfabetização vai além do espaço escolar, e que cada aluno possui suas singularidades, neste aspecto cabe ao professor repensar em como ele está oportunizando atividades que envolva diversas formas de se apropriar do sistema alfabético.

As professoras foram indagadas sobre o que é o letramento:

“O letramento é um conjunto de fatores que envolve ler e escrever para além da sala de aula” (Professora A)

“O letramento é um processo de aprender a usar a leitura de forma significativa nas práticas sociais. Nesta etapa os alunos já conseguem fazer o uso da leitura e da escrita de forma coerente, sabendo identificar o que é notícia, interpretar textos e até mesmo criar seus próprios discursos. Nesta fase os alunos demonstram segurança, criatividade e adoram realizar leituras.” (Professora B).

O letramento pode ser muitas vezes comparado a alfabetização como uma “consequência”, ou seja, que ao mesmo tempo que o aluno é alfabetizado ele consequentemente é letrado, mas no decorrer deste trabalho percebemos que há uma distinção entre as duas concepções. Neste sentido os alunos precisam se desenvolver para além do espaço escolar, se tornando sujeitos críticos e pensantes e não apenas receptivos e passivos.

Nossas metas e objetivos, portanto, são múltiplos, mas o cerne de nosso trabalho pedagógico é o de que os alunos precisam aprender a refletir sobre as situações de interação em que os textos circulam e sobre os diferentes gêneros textuais, a fim de poder transferir o que aprendem na sala de aula para os contextos diversos em que convivem fora da escola (Mendonça e Leal, 2007, p. 59).

As professoras foram questionadas a respeito de sua (as) metodologia (as) em sala de aula, ressaltamos que não existe um método universal capaz de ensinar a ler ou escrever para todos os alunos de maneira única, neste sentido cabe ao professor se desenvolver em múltiplos métodos de aprendizagem, para poder implementar no seu cotidiano em sala de aula de acordo com diagnóstico dos seus alunos. Sobre a metodologia:

“Acredito que não tenho uma metodologia única, mas confesso que muitas vezes sou muito tradicional, priorizo o respeito e silêncio, mas reconheço que os alunos não se desenvolvem todos igualmente, e por serem alunos em seu 1º ano no ensino fundamental, ainda carregam hábitos do Pré-II” (Professora A).

Durante as observações em sala percebemos que a professora não tolerava “erros” cometidos pelos alunos principalmente em relação à escrita, mas por se tratar de alunos em transição (Pré-II – 1º ano), encontrar “erros” na escrita e leitura é “comum”, cabe ao professor utilizar recursos que podem desenvolver esses alunos a partir de seus “erros”, de forma que eles consigam compreender sistematicamente o uso da escrita. Compreendemos que esses “erros” também fazem parte do processo de alfabetização. Soares (2003) faz a seguinte reflexão:

Numa perspectiva associacionista, são muitos os “erros” cometidos pelo alfabetizando, e muito “treinamento” lhe seria imposto para que aprendesse a grafia correta das palavras [...] Numa perspectiva psicogenética, os “erros” são indicadores do processo através do qual ele está descobrindo e construindo as correspondências entre o sistema fonológico e o ortográfico. (Soares, 2003, p.103).

Indagamos a professora B a respeito de sua metodologia em sala de aula:

“Minha metodologia é muito diversificada, e depende de cada aluno. São organizadas de acordo com as necessidades do aluno, procuro sempre dá o protagonismo ao aluno. (...) na construção do aprendizado sempre de maneira divertida, com trocas de experiências, instigando o aluno a ser sujeito crítico através da interação com músicas, conversas informais, interpretação de textos.” (Professora B).

Quaisquer que sejam o método de ensino, ele deve priorizar o aluno, tem que ser uma ferramenta que priorize o aluno a adquirir o conhecimento necessário para agir em situações determinadas para o uso da escrita e leitura. O aluno é o sujeito aprendiz que está no centro para ser alfabetizado e letrado. Soares (2016) salienta que:

[...] em sua dimensão pedagógica, isto é, em sua prática em contextos de ensino, a aprendizagem inicial da língua escrita, embora entendida e tratada como fenômeno multifacetado, deve ser desenvolvida em sua inteireza, como um todo, porque essa é a natureza real dos atos de ler e de escrever, em que a complexa interação entre as práticas sociais da língua escrita e aquele que lê ou escreve pressupõe o exercício simultâneo de muitas e diferenciadas competências. É o que se tem denominado alfabetizar letrando. (Soares, 2016, p.35).

A respeito dos desafios encontrados pelos professores em relação a aplicação da prática pedagógica na sala de aula, as professoras responderam que:

“Há vários desafios, mas destaco como principal o apoio familiar para com os alunos no espaço escolar, assim também como: a falta de atenção dos alunos; turmas superlotadas; alunos com alguma deficiência que precisam de apoio qualificado; falta de recursos pedagógicos e a falta de formação continuada.” (Professora A)

“Os desafios no processo de alfabetização acontecem por motivo da irresponsabilidade dos pais, as crianças não podem ir sozinhas para escola, dependem exclusivamente de alguém para levar para escola se os pais não levam se tornam alunos faltosos” (Professora B).

“(...) as atividades que vão para casa e não são feitas, material escolar (esquecem caderno, caderno rasgados, falta de borracha, lápis e outras coisas. Todas essas malezas contribui negativamente no processo de alfabetização.” (Professora B).

O apoio da família também é essencial pois não é somente no espaço escolar que se pode aprender os diferentes usos da leitura e escrita, mas cabe ao professor, proporcionar práticas educativas, e reconhecer seu papel como mediador para que o processo de alfabetização e letramento dos alunos seja alcançado.

Outro aspecto que nos leva a refletir sobre os desafios dos alunos em relação à presença na escola é a falta de compreensão sobre como os alunos estão fora do ambiente escolar. Atribuir toda a responsabilidade aos pais sem considerar as questões econômicas e sociais pode levar a uma percepção distorcida de como essas famílias estão lidando com a educação e o aprendizado de seus filhos.

Os docentes foram indagados acerca dos recursos pedagógicos empregados em suas atividades em sala de aula, com o objetivo de alfabetização e letramento. Foram elencados os seguintes:

“Livros didáticos e paradidáticos, lousa, televisão, cartazes, textos, materiais concretos (jogos educativos) e livros de literatura (mediação literária). (Professora A e B).

Durante as observações o uso dos recursos pedagógicos pelas professoras foi realizado em atividades de forma diferenciada, uma tinha como foco o ensino

aprendizado dos alunos, o aluno era o centro do aprendizado, ora ou outra eram questionados a expressar suas ideias e opiniões. Enquanto a outra usava os recursos de maneira tradicional, somente para transmitir o conhecimento, os alunos eram apenas sujeitos receptivos e passivos, sem oportunidades de se expressar.

Ambas relataram que somente a graduação não é suficiente para se tornar um educador de qualidade, a experiência de sala de aula é o verdadeiro segredo, ou você aprende na prática a ser educador ou aprende a desistir. As dificuldades na disponibilidade de tempo fazem com que as professoras fiquem à mercê do sistema, principalmente em relação a uma formação continuada de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe uma prática sem teoria, como também não existe teoria que não tenha nascido de uma prática. Porque o importante é que a reflexão seja um instrumento dinamizador entre prática e teoria. Porém não basta pensar, refletir, o crucial é fazer com que a reflexão nos conduza à ação transformadora, que nos comprometa com nossos desejos, nossas opções, nossa história (Freire, 1996)

Nesta pesquisa buscamos discutir sobre as práticas pedagógicas do professor alfabetizador nas turmas do ciclo da Alfabetização, a fim de compreender quais os desafios encontrados na aplicação da prática pedagógica e em como esses professores estão se devolvendo didaticamente para que o aluno seja alfabetizado e letrado.

Para tanto, tivemos então que descrever as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores em turmas de alfabetização, assim como investigar os desafios encontrados pelo professor durante as aplicações das práticas pedagógicas e destacar a formação docente e sua relação com o fazer do alfabetizador.

Assim, foram observadas 10 aulas de cada professora. Durante essas observações, constatou-se que as docentes empregam diversos métodos de ensino e que sua prática como educadora se ajusta às demandas presentes em sala de aula.

Cada docente entrevistado possui uma compreensão distinta do que é alfabetização e letramento, embora compartilhem objetivos comuns de ensinar os alunos a se tornarem cidadãos críticos, há uma diferença em como as educadoras fazem uso de seus conhecimentos como alfabetizadoras. Isso se deve ao fato de que cada sala de aula apresenta uma realidade única e cada criança tem suas

características cognitivas, afetivas e sociais próprias. Dessa forma, entendemos que esse processo, muitas vezes, bastante complexo, não se resume a uma fórmula ou metodologia padronizada, pois existem diversas abordagens para alfabetizar.

As professoras adotam uma abordagem pedagógica diversificada para ensinar leitura e escrita. Entre essas estratégias, destacam-se o uso de livros de literatura, rimas, ditados, jogos de papéis, jogos didáticos, além de colocar o aluno como sujeito norteador para o desenvolvimento didático do professor. Pois os alunos são instigados a compartilhar suas ideias e pontos de vista sobre temas relevantes da sociedade. Como resultado, os alunos se tornam cidadão críticos, compreendem que a leitura e a escrita transcendem o ambiente escolar.

No entanto, mesmo com os esforços para incorporar atividades lúdicas à prática pedagógica, notamos que as professoras ainda empregam metodologias fundamentadas na repetição de sons ligados às letras. Essa metodologia pode levar a uma falta de entendimento do contexto e tornar mais difícil a aplicação prática da leitura e escrita em situações cotidianas.

Durante as atividades desenvolvidas em sala aula, percebemos que quando um aluno que estava no processo de alfabetização faltava, resultava em uma “quebra” no seu aprendizado. Isso se configurava como um dos principais desafios enfrentados pelos professores em relação à sua prática.

Embora o ensino da leitura e da escrita deva ser uma atividade constante do professor, especialmente com aqueles alunos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem, é necessário que o professor planeje previamente as suas aulas, considerando os objetivos a serem alcançados.

Nesse sentido, é essencial considerarmos a real necessidade de políticas de acompanhamento e capacitação de professores que reconheçam e ampliem o conhecimento docente. Esperamos que esta pesquisa possa contribuir para novos estudos que buscam compreender prática pedagógica e desafios do educador para que os alunos sejam alfabetizados e letrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Conceituando alfabetização e letramento**. In: SANTOS, C.F.; MENDONÇA, M. (Org). **Alfabetização e Letramento: Conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-22.
- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015.
- FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores: caderno do professor** / Isabel Cristina Alves da Silva Frade. - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.
- GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Editora da UFRGS. 2009. Disponível em:<
<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso: 30 de novembro de 2025.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KLEIMAN, A.; ASSIS, J. **Significados e ressignificações do letramento: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita** / Angela B. Kleiman, Juliana Alves Assis, (organizadoras). – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.
- _____. **Linguagem e Letramento- Preciso ensinar o letramento**. Cefiel/Unicamp, 2005-2010.
- _____. **Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?** Campinas: CEFIEL/UNICAMP, 2005. (Coleção Linguagem e Letramento em foco).

MENDONÇA, M.; LEAL, T. **Progressão Escolar e Gêneros textuais**. In: SANTOS, Carmi Ferraz; Mendonça, Márcia (Org's). **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P. 57-72.

MORTATTI, Maria do Rosário L. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Educação e letramento**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **Letrar é preciso, alfabetizar não basta... mais?** In: SCHOLZE, Lia; SANTOS, C.; MENDONÇA M. **Alfabetização e letramento: conceitos e relações** / organizado por Carmi Ferraz Santos e Márcia Mendonça. 1ed., 1reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual Educação & Sociedade**, vol. 34, núm. 124, julho-septiembre, 2013, pp. 743-760 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87328534006>.

SEVERINO, A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ezequiel T. da. **Leitura crítica e suas fronteiras**. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Criticidade e leitura: ensaios*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 21-30.

SILVEIRA, Everaldo. **Alfabetização na perspectiva do letramento: letras e números nas práticas sociais** / Organizadores, Everaldo Silveira...[etal.]. – Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2016.

SOARES, Magda, **Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos**- Ed. Artmed, artigo publicado pela revista Pátio – Revista Pedagógica de 29 de fevereiro de 2004.

_____. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

_____. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, 2004.

_____. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros** / Magda Soares.3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009

**APÊNDICES A: TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO
(CARTA DE APRESENTAÇÃO DE ACADÊMICO PESQUISADOR)**

De: Profa. Dra. Ildete Freitas Costa (Profa. do curso de Pedagogia e Orientadora do TCC)

Para: Profa. _____

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Cumprimentando-a cordialmente, apresento a acadêmica **Regiane Chota da Silva**, regularmente matriculada no 8º período de Pedagogia vespertino, e que se encontra sob nossa orientação no desenvolvimento do seu Trabalho de Conclusão de Curso. Como requisito para aprovação e término de seu curso, a aluna necessita realizar seu trabalho de pesquisa, e sua temática: **A práxis do professor no ciclo da alfabetização**, e tem no ambiente escolar, o espaço necessário à sua pesquisa de campo.

Dessa forma, solicitamos gentilmente que a acadêmica possa contar com o seu apoio, bem como da gestão escolar e pedagógica, para o bom desenvolvimento da sua pesquisa.

Certa de vossa compreensão, agradeço e coloco-me a disposição.

Tabatinga/AM

APÊNDICES B: ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARA AS AULAS DAS PROFESSORAS

Pesquisadora: Regiane Chota da Silva

Orientadora: Prof.^a. Dr^a. Ildete Freitas Costa Londono Gomes.

1. Como as professoras trabalham a escrita e a leitura com os alunos, e quais recursos utilizados.
2. Como ocorria a interação professor aluno.
3. A docente facilitava para os alunos a construção de um pensamento criativo por meio da leitura e da escrita.
4. A prática pedagógica da docente demonstrava um compromisso com alfabetização.
5. De que forma a docente trabalhava com o livro didático.

APÊNDICES C: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS PROFESSORAS

Pesquisadora: Regiane Chota da Silva

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Ildete Freitas Costa Londono Gomes.

1. Como é seu nome?
2. Qual sua formação acadêmica? Em que instituição você se formou?
3. Qual o tempo de atuação como docente?
4. Você tem especialização? Quais?
5. Você participa de Formação Continuada? Como ocorre essa formação?
6. Como você conceitua a Alfabetização? como conceitua letramento?
7. Como você caracteriza sua Metodologia de ensino?
8. Quais Recursos Pedagógicos você utiliza como auxiliares para alfabetizar seus alunos?
9. Quais são os Desafios encontrados por você no processo de alfabetização?
10. A escola desenvolve projetos de alfabetização? E como são trabalhados?